ADUNESP *in*FORMA

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes
Nº 59 - Maio 2012

Novos cursos, novo campus. Mas, e os recursos?

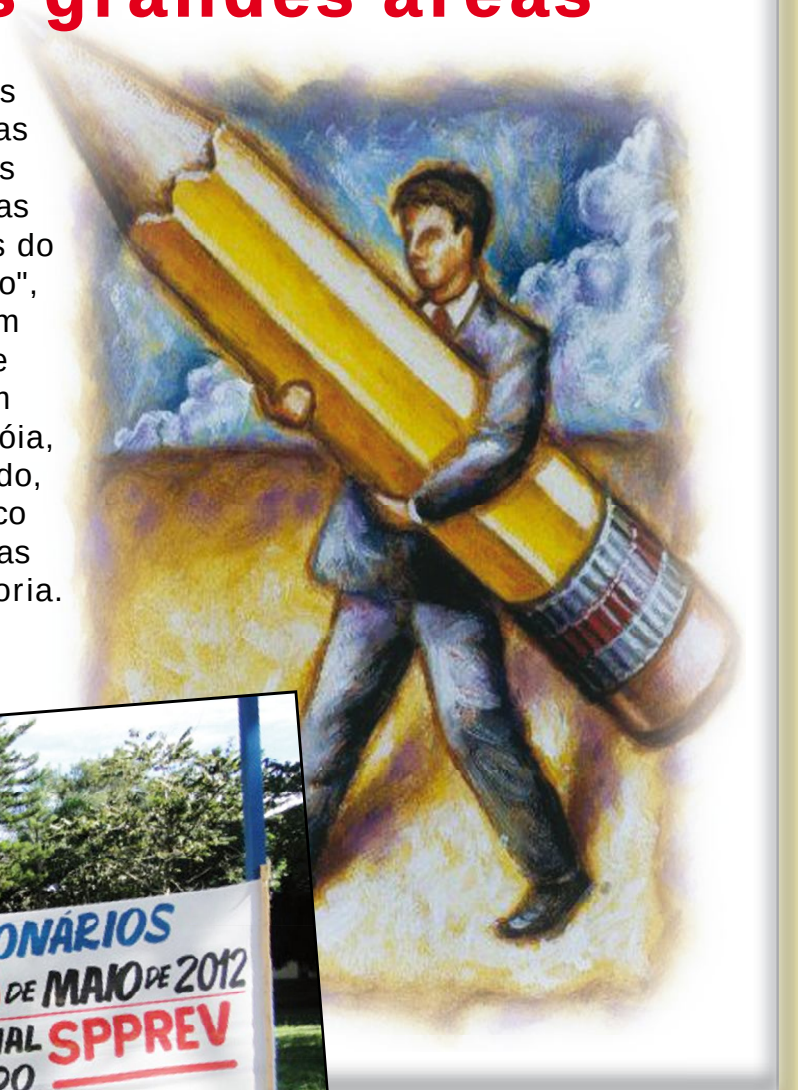
Pág. 3

Avaliação docente

Adunesp cobra respeito às discussões e encaminhamentos feitos pela categoria nos fóruns das grandes áreas

As propostas aprovadas nas duas edições do "Fórum das Grandes Áreas do Conhecimento", que reuniram centenas de docentes em Águas de Lindóia, no ano passado, correm o risco de ir parar nas gavetas da reitoria.

Página 6



DATA-BASE 2012

Reitores querem pulverizar as reivindicações da pauta unificada, jogando-as para discussões específicas em cada universidade. Qual será a nossa resposta?

Veja matéria na página 2

Adunesp e Sintunesp defendem a democratização do processo eleitoral na Unesp

Página 7

Pela revogação das punições nas universidades estaduais paulistas

Página 8

Marília aponta o caminho: Mobilização, já!

Aposentadoria e previdência complementar

Leia matéria e entrevista com o advogado Márcio Ferezin. Págs. 4 e 5

Intransigência e desrespeito

Cruesp reafirma "concessão" de índice e se recusa a discutir demais itens da Pauta Unificada

Reitores querem pulverizar as reivindicações, jogando-as para discussões específicas em cada universidade. Atenção para nova rodada de assembleias até 31 de maio

A segunda reunião da data-base 2012 entre Fórum das Seis e Cruesp, em 25/5, das 15 às 18 horas, não apresentou qualquer avanço em relação à primeira, de 16/5.

Logo no início, a coordenação do Fórum, expressando debates realizados em reunião preparatória pela manhã, ressaltou a necessidade e a expectativa de diálogo efetivo entre as partes. Alertou para os termos usados no 'Comunicado Cruesp' nº 1, de 16/5, onde se afirma que o órgão dos reitores "concedeu" ao invés de "fez a proposta de" reajuste salarial de 6,14%, o que revela, uma vez mais, a postura que tem sido adotada em todos os períodos de data-base: reuniões formais, apenas para o Cruesp informar um índice, nunca para uma real negociação entre as partes.

A coordenação cobrou a continuidade das discussões sobre o índice e a necessidade de debate a respeito dos demais pontos do item "Salário" da Pauta Unificada: a equiparação entre os pisos dos servidores técnico-administrativos; a equiparação entre os valores pagos a título de auxílio-alimentação; a recomposição das perdas dos servidores e docentes do Centro Paula Souza.

A coordenação lembrou, ainda, os outros pontos relevantes da Pauta Unificada, na sequência: "Liberdade de organização e de manifestação dos movimentos", "Permanência estudantil/gratuidade ativa", "Condições de trabalho e estudo", "Financiamento", "Hospitais Universitários", "Centro Paula Souza" e "SPPrev/Aposentadoria", insistindo na necessidade de respostas dos reitores a cada um deles, o que também não vem ocorrendo ao longo dos anos.

Após o Fórum ter indicado que as assembleias haviam considerado insuficiente o reajuste de 6,14% apresentado pelo Cruesp, o seu presidente propôs a interrupção da reunião por 15 minutos, para que as reitorias pudessem reavaliar o índice. No retorno, os técnicos das três universidades apresentaram avaliações pessimistas a respeito do cenário econômico brasileiro e mundial, além de enfatizar o "elevado comprometimento do orçamento com as folhas de pagamento", com a finalidade de justificar a manutenção dos 6,14%. De nada valeram os argumentos contrários dos representantes do Fórum, indicando que há também no cenário econômico sinais positivos que permitiriam um reajuste maior.

O Cruesp deu por encerrada a discussão salarial, assumindo apenas o compromisso de realizar reuniões técnicas para acompanhamento da arrecadação do ICMS, porém, sem se comprometer com negociações no segundo semestre. Quanto aos demais pontos da Pauta Unificada, disse que TODOS devem ser tratados no âmbito de cada universidade, como pauta específica.

Marília aponta o caminho

Reunido após a negociação, o Fórum das Seis discutiu a conduta desrespeitosa do Cruesp frente à data-base da categoria. Houve consenso entre os presentes de que somente uma resposta organizada de servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes poderá fazer com que o Cruesp reabra as negociações, tanto sobre o item "salário" como sobre as demais reivindicações importantes e realmente comuns às três universidades e ao Ceeteps.

Entre os docentes da Unesp, a organização e a mobilização apresentam-se de forma diferenciada nos *campi*. Enquanto em alguns a categoria ainda não realizou nenhuma assembleia, em outros isso já ocorreu, como é o caso de Marília, São José do Rio Preto, Rio Claro e Jaboticabal. Em Marília, inclusive, os docentes realizaram, em conjunto com os servidores técnico-administrativos, um dia de paralisação em 25 de maio, data de realização da segunda reunião com o Cruesp.

A diretoria da Adunesp aposta na mobilização como forma de pressionar os reitores a reabrir as negociações sobre o conjunto da Pauta Unificada 2012, bem como criar as condições para o debate sobre revindicações específicas dos docentes, caso da valorização do nível inicial da carreira (*leia matéria na pág. a seguir*) e da equiparação dos benefícios entre as universidades (auxílio-alimentação).

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp S. Sindical)

Praça da Sé, 108, 2º andar, São Paulo. Fone (11) 3242-0125.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458) bah0609@bol.com.br

Nova rodada de assembleias

O Fórum das Seis indica às categorias que realizem assembleias até 31/5, para discutir o tratamento dado à data-base pelo Cruesp e apresentar propostas de mobilização. Entre as sugestões debatidas na reunião das entidades, logo após a negociação com o Cruesp, está a realização de um dia de mobilização/paralisação.

Os resultados das assembleias devem ser enviados à Adunesp até o meio da tarde de 31/5. No dia 1º/6, às 10 horas, o Fórum volta a se reunir para avaliar esse retorno e definir suas próximas ações.

Após o debate da Pauta Unificada

Fórum das Seis cobra do Cruesp a valorização do nível inicial da carreira docente

O Fórum das Seis vem cobrando do Cruesp o debate de uma reivindicação importante para a categoria docente: a valorização do nível inicial da carreira.

A proposta foi encaminhada aos reitores pela primeira vez em fevereiro do ano passado, mas nenhuma reunião foi agendada, até o momento, para discuti-la. O Fórum pede ao Cruesp que discuta a reivindicação tão logo terminem as negociações relativas à Pauta Unificada 2012.

No documento em que explica as razões da reivindicação, o Fórum enfatiza que, na sociedade brasileira, duas ações devem ser executadas com urgência: a primeira consiste em estimular a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a educação em escala nacional; a segunda em atrair jovens para o trabalho como docentes nas universidades, principalmente as públicas. A primeira ação depende da segunda e, portanto, para implementá-las, o trabalho em pesquisa, ensino e extensão deve constituir-se em alternativa atraente para os jovens. "É grande o número de recém titulados em universidades públicas que buscam trabalho no mercado financeiro, porque lá encontram emprego e melhor remuneração do que teriam se optassem pela carreira acadêmica. Para alterar essa realidade, as universidades públicas devem oferecer um salário inicial atraente, o que também vai contribuir para um ambiente saudável de trabalho dentro de uma ótica coletiva, diminuindo a individualização e ações deletérias à saúde mental e física dos docentes."

A proposta do Fórum é que as universidades estaduais paulistas tomem a iniciativa de elevar o salário base inicial, com o intuito de atrair, de fato, esses novos e jovens trabalhadores, fazendo da carreira acadêmica uma alternativa real de profissionalização. Propõe, ainda, que o salário inicial e o estabelecido ao longo da carreira sejam instituídos de forma isonômica nas três universidades públicas estaduais e que essa isonomia seja mantida, inclusive, no que se refere aos direitos à aposentadoria.

A história se repete?!

Aprovados a toque de caixa, novos cursos e campus trazem à tona momentos críticos da história da Unesp

Está em curso uma nova expansão na Unesp, com a criação de 11 cursos e de um campus na cidade de São João da Boa Vista, conforme deliberação da reunião do Conselho Universitário (CO) de 8 de março.

Os novos cursos, todos na área de Engenharia, serão criados de maneira escalonada, ao longo de 2012, 2013 e 2014, nos *campi* de Araraquara (Eng. de Bioprocessos e Eng. Química), Botucatu (Eng. de Bioprocessos), Dracena (Eng. Agronômica), Itapeva (Eng. de Manufatura), Registro (Eng. de Pesca), São José dos Campos (Eng. Ambiental), Tupã (Eng. de Biossistemas) e Rosana (Eng. de Energia e Recursos Renováveis), além do novo campus de São João da Boa Vista ((Eng. Eletrotécnica e Eng. de Materiais), com 40 vagas cada.

O documento distribuído durante a reunião, que leva a assinatura do reitor da Unesp, professor Julio Cezar Durigan, aponta para pesquisas que mostram as demandas aquecidas por engenheiros. Não define projetos pedagógicos e nem custos, assim como não estabelece formas de escolha dos dirigentes da nova unidade, existência de departamentos e vinculação dos docentes a Conselhos de Curso, contratação de docentes e servidores técnico-administrativos, infraestrutura, entre outros.

Em relação ao financiamento, o documento informa que a Unesp solicitou ao governador do estado, Geraldo Alckmin, que altere o artigo 21 da Lei Complementar nº 1.124, de 1º de julho de 2010, que trata da transformação do Hospital das Clínicas de Botucatu em autarquia vinculada diretamente à Secretaria da Saúde.

Pela proposta da Unesp, o artigo 21 da LC nº 1.124 deve prever que a Universidade deixará de repassar recursos ao HC progressivamente e ao longo dos anos de 2012 a 2015, de modo que, a partir daí, o hospital seja integralmente bancado com repasses da Secretaria da Saúde. Ou seja, o financiamento dos novos cursos e do campus de São João da Boa Vista viria do remanejamento do dinheiro até então destinado ao HC.

Questionado sobre as garantias de que o governo do estado cumpriria esse acordo, Durigan disse: "Se a Secretaria da Saúde não enviar as verbas para o HC e a Universidade tiver que continuar repassando, eu suspenderei os vestibulares dos novos cursos".

Sem debate

Com exceção dos diretores de unidade, que compareceram à reunião do CO em 8/3 com posição fechada, a comunidade não foi chamada a opinar sobre esta nova ampliação.

E como confiar na palavra do governo do estado quando o assunto é financiamento da educação pública? Na primeira onda expansionista na Unesp, que teve início em 2002, na turbulenta gestão Trindade, os resultados foram danosos. Passando por cima da comunidade, o então reitor aprovou a criação de novos *campi* e cursos, sem garantia de verbas. Os problemas enfrentados nas novas unidades, que se arrastam até hoje, mostram que a irresponsabilidade da administração da Universidade, totalmente submissa aos interesses eleitoreiros do governo da época, teve e tem um alto custo, que acabou sendo absorvido pelo orçamento já existente.

Por que deveríamos aceitar palavras, em lugar de documentos assinados e compromissos públicos? Quando o HC de Botucatu foi autarquizado, por exemplo, a promessa era que a Secretaria da Saúde faria investimentos e contratações em pouco tempo. Nada disso aconteceu até o momento.

E, se o governo não honrar o compromisso de repassar recursos ao HC, em substituição às verbas alocadas na Unesp, seria simples assim suspender vestibulares? E a sociedade, como ficaria?

Expansão com qualidade e financiamento

Assim como em 2002, a Adunesp continua defendendo a expansão de vagas no ensino superior público, pois considera que é papel do Estado garantir ensino público, gratuito e de qualidade para todos. Mas é preciso que isso ocorra com garantia de qualidade e de financiamento ao longo dos anos. Mais uma vez, assim como em 2002, não é o que parece estar acontecendo.

Aposentadoria

No rastro de seguidas reformas e novas leis, previdência gera inquietação na categoria

Aprovação da Lei 14.653, em dezembro passado, instituindo o Regime de Previdência Complementar do Estado de São Paulo, suscita novas dúvidas. Adunesp cobra respostas da reitoria

Com a aprovação da Lei 14.653, de 22/12/2011, que institui o Regime de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM), reacendeu entre os docentes um conjunto de dúvidas referentes aos direitos e perdas com as novas regras.

A partir de um convite lançado pela Adunesp, por meio de suas subseções sindicais, muitos docentes enviaram questionamentos e inquietações. As dúvidas foram organizadas em formato de entrevista e enviadas à assessoria jurídica da própria Adunesp e à reitoria, aos cuidados da coordenadora de Recursos Humanos, Emília Tóvolli, em meados de abril. Da reitoria, ainda não houve retorno.

Uma das dúvidas mais recorrentes diz respeito à garantia do direito à paridade de reajustes com o pessoal da ativa e à integralidade para os professores que ingressaram na Unesp até 31/12/2003 e que venham, a partir de agora, prestar concurso para o cargo de professor titular. A questão a saber é: estariam eles submetidos às novas regras da aposentadoria (perda da integralidade e do direito à paridade) pelo fato de estarem prestando um novo concurso? Ou seja, embora antigos de casa, seria considerados como "novos" ingressantes no quadro da Universidade?

O entendimento da Adunesp é que, de acordo com o aprovado na reforma da Previdência em 2003 e definido nas emendas constitucionais 41/2003 e 47/2005, o direito à paridade e à integralidade estariam garantidos para este pessoal. Porém, como não há nenhum parecer oficial da reitoria a respeito, o tema suscita interpretações distintas, como destaca o advogado Márcio Ferezin, da assessoria da Adunesp, na entrevista na página a seguir. É preciso, portanto, que a reitoria manifeste-se oficialmente sobre o assunto.

Sucessivas reformas

Navegando ao sabor dos interesses dos grandes bancos e grupos de seguridade privados, a Previdência Social brasileira passou por modificações drásticas nos últimos anos. O primeiro momento significativo foi em 1998, ainda na época do governo de Fernando Henrique Cardoso (Emenda Constitucional 20/1998), seguido da reforma em 2003, já no governo Lula (EC 41/2003), e pela aprovação da lei 10.887/2004 e da EC 47/2005, ambas versando sobre os direitos previdenciários dos funcionários públicos.

Em resumo, estas três emendas constitucionais (20/1998, 41/2003 e 47/2005) alteraram idades e tempos mínimos de contribuição necessários à aposentadoria do funcionalismo, determinaram o recolhimento previdenciário por parte dos servidores aposentados, criaram a figura do regime complementar e alteraram uma regra até então intacta: o direito à aposentadoria com o salário integral.

Foi a EC 41/2003, regulamentada pela lei 10.887/2004, que extinguiu a aposentadoria integral para os servidores ingressantes após 31/12/2003.

Para os que entraram no serviço público a partir de 1º/1/2004, o valor da aposentadoria será resultante da média dos melhores salários, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), levando em conta 80% do tempo de contribuição. Essa forma de cálculo lhes garantirá uma aposentadoria com valor que deve se situar entre o teto da Previdência e o salário integral.

Para os ingressantes após 22/12/2011, a situação se complica: perdem o direito à integralidade.

A quem se destina a previdência complementar

A Lei 14.653, de 22/12/2011, que institui o Regime de Previdência Complementar do Estado de SP, atinge diretamente os contratados após a sua implantação. Como mostram os parágrafos anteriores, os contratados antes de 31/12/2003 têm garantido (pela EC 41/2003) o direito ao benefício integral, embora tenham que pagar contribuição previdenciária após a aposentadoria. Seus proventos serão pagos pela SPPrev.

Para os que ingressaram após 1º/4/2004, como já foi dito, a regra é híbrida. Para os que entram agora no serviço público, a partir da implantação da Lei 14.653, de 22/12/2011, valem as regras novas: teto da Previdência para aposentadoria, composição dos proventos a partir da previdência complementar.

Previdência pública e reivindicações

A Adunesp defende a bandeira da universalização do sistema previdenciário brasileiro. Isso não significa nivelar as conquistas sociais por baixo, como o fizeram os governos tucano e petista. Ao contrário, significa garantir direitos sociais universais, como o direito à integralidade e à paridade. Ou seja, uma aposentadoria digna para todos, servidores públicos e privados.

Na primeira reunião entre Cruesp e Fórum das Seis, realizada em 16/5/2012, os reitores propuseram a criação de grupo de trabalho conjunto entre as partes para discutir as implicações das novas regras da aposentadoria (São Paulo Previdência/SPPrev e previdência complementar). A expectativa das entidades de docentes e de servidores técnico-administrativos é que tal grupo realmente funcione e possa dirimir as dúvidas das categorias.

Entrevista

Algumas dúvidas sobre aposentadoria e previdência complementar

O advogado Márcio Ferezin, da assessoria jurídica da Adunesp, responde a seguir a algumas perguntas elaboradas pela entidade, a partir de questionamentos enviados por docentes.

***Adunesp** - A Unesp vai se tornar patrocinadora do SP-PREVCOM. De que forma e sob quais condições isso deve ocorrer?*
Márcio Ferezin – Obrigatoriamente, deverá seguir as Leis Complementares 108 e 109/2001, que regem o procedimento da aposentadoria complementar e das instituições fechadas de previdência complementar. Tudo isso é fiscalizado pelo Ministério da Previdência. Com a Emenda Constitucional, haverá a necessidade de contribuição paritária, ou seja, a contribuição do servidor será acrescida de igual valor (provavelmente respeitado um teto) por parte do Estado.

***Adunesp** – Em seu artigo 30, a Lei 14.653, de 22/12/2011, estabelece um limite de 7,5% para a Previdência Complementar. Assim, qual seria a aposentadoria para aqueles que aderirem a esta possibilidade, tendo em vista o disposto no parágrafo 1º, do artigo 25, da mesma lei?*
Ferezin - As aposentadorias de forma complementar à oficial dependem do tipo de plano instituído e aderido pelo docente. Assim, primeiramente, precisamos saber quais modalidades de planos de complementação de aposentadoria serão oferecidas, se de Benefício Definido ou Benefício Variável, para depois ter algum padrão para saber o real valor do benefício.

***Adunesp** - O que vai ocorrer, a partir de 22/12/2011, com aqueles que já tenham prestado serviços à Universidade, em regime de CLT, que vierem a prestar concurso para o regime estatutário? Se aprovados, deverão, necessariamente, rescindir seus contratos? Como consequência, serão nomeados e enquadrados nesta nova lei?*
Ferezin - Muito embora ocorram interpretações divergentes, o fato é que a cada concurso o servidor integra uma nova condição perante a administração pública. Isso ocorre principalmente quando há a alteração de sua modalidade contratual, como, por exemplo, de CLT para estatutário. Assim, a partir de dezembro de 2011 e segundo a lei, a melhor interpretação é a de que aquele que prestar novo concurso se submete às regras novas. Até porque a lei respectiva não faz qualquer exclusão aos servidores que já integravam os quadros da administração pública e se submetem a novo concurso de provas e títulos. Por isso, há a necessidade de uma menção expressa da lei sobre essas situações, caso contrário, tudo ficará a critério do Poder Judiciário. É importante, também, que a Unesp emita um comunicado oficial a respeito.

***Adunesp** - Quem estabelecerá as regras: o governo federal, uma vez que a EC 41 foi promulgada em 19/12/2003, ou o estadual, através da SPPrev?*
Ferezin - Cada ente federativo tem sua competência, observando sempre o limite razoável da Constituição Federal.

***Adunesp** - Neste novo sistema de Previdência Complementar, incidem valores a título de contribuições previdenciárias, seja para a própria SPPrev ou INSS? Igualmente, em sendo uma conta de aplicação/acumulação, incidirá sobre seus saldos o IR?*
Ferezin - O IR incide sobre a renda do contribuinte e não sobre as contribuições. Pode ocorrer que exista, em algum plano específico de previdência complementar a ser oferecida, algo que possibilite ao servidor público resgatar o saldo de sua contribuição. Nesses casos, ocorreria a incidência do Imposto de Renda, mas somente no resgate.

***Adunesp** - Todos os docentes aposentados da Unesp e os que vierem a se aposentar passarão a receber sua aposentadoria via SPPrev. Como consequência, os reajustes que a Universidade conceder ao seu pessoal ativo não mais terão reflexos sobre os aposentados e pensionistas?*
Ferezin – Essa situação não se encontra vinculada à aposentadoria complementar. A SPPrev será o órgão responsável pela centralização dos benefícios de aposentadoria dos servidores públicos estaduais. Isso não quer dizer que essa situação altere a legislação e a Constituição Federal. Nossa avaliação é que a situação permanecerá a mesma que a vivenciada nos dias atuais. Neste ponto, também é preciso que a reitoria se manifeste oficialmente, de modo a tranquilizar os docentes.

F6 apresenta emendas pelo aumento de recursos na LDO 2013. Proposta de Alckmin mantém os 9,57% do ICMS

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013, enviado pelo governo estadual à Assembleia Legislativa por meio do PL nº 290/2012, ignora toda a ampliação de vagas e de unidades nas universidades estaduais paulistas e propõe que seja destinado a elas o mesmo percentual dos últimos anos: 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Neste ano, mais uma vez, o projeto governista retirou do texto a expressão "no mínimo 9,57%", com o claro objetivo de evitar que seja repassado um centavo a mais do que o proposto. A possibilidade de verba extra-cota para a expansão dependeria, exclusivamente, da "boa" vontade do Palácio dos Bandeirantes. No caso da Unesp, que mergulhou fundo no plano de expansão tucano, com a criação de sete novos *campi* e vários cursos, no início da década, e que agora acaba de aprovar 11 novos cursos e um campus em São João da Boa vista (*veja matéria na página 3*) , a situação pode se agravar a partir de 2013.

Emendas pela educação

A partir da discussão entre as entidades representativas das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, entre elas a Adunesp, o Fórum das Seis encaminhou um conjunto de emendas ao PL º 290/2012. Entre as emendas, destaque àquelas que pedem o repasse de 33% do total de receitas do Estado para o conjunto da educação, aí incluídos 11,6% da arrecadação total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS) às universidades e dotação de 2,1% do ICMS ao Centro Paula Souza.

Cobrança sobre o Cruesp

Nas duas reuniões realizadas até o momento, nos dias 16 e 25/5, o Fórum questionou os reitores sobre qual seria sua ação junto à Assembleia Legislativa para garantir mais recursos às universidades públicas paulistas na LDO-2013. Eles disseram ser "favoráveis", mas não explicitaram de que forma fariam isso.

Avaliação docente

Categoria exige respeito. Adunesp defende encaminhamentos aprovados nos dois fóruns das grandes áreas do conhecimento

Em 2011, a Universidade viveu dois momentos importantes, com a realização dos Fóruns I e II das 'Grandes Áreas do Conhecimento: Avaliação do Trabalho Docente na Unesp'. A primeira edição aconteceu entre os dias 30 de maio e 1º de junho, enquanto a segunda ocorreu de 4 a 6 de dezembro, as duas em Águas de Lindóia.

Ambas as edições, em especial a primeira, tiveram participação expressiva da comunidade docente da Unesp, desde os debates preparatórios nas unidades, até a presença nos eventos.

Os encaminhamentos definidos após os dois fóruns, no entanto, correm o risco de serem desvirtuados pela reitoria da Unesp, como veremos no decorrer desta matéria.

No I Fórum, representantes das três grandes áreas – Exatas, Biológicas e Humanas – discutiram detalhadamente a planilha, conjunto de indicadores de avaliação aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em 2008. Enquanto os docentes de Exatas e Biológicas pediram modificações, os de Humanas propuseram a sua supressão.

A maioria dos presentes no I Fórum avaliou que a Universidade cometeu um erro metodológico grave ao implantar um instrumento de avaliação sem antes definir os objetivos de cada área, dos departamentos e da instituição como um todo. Ou seja, o instrumento só deve ser definido em função do objetivo e não o contrário; a atuação docente não pode ser avaliada de forma descolada das condições de trabalho, do projeto departamental, da unidade e da própria Universidade.

Durante o 'I Fórum', as três grandes áreas apontaram a necessidade de priorizar a avaliação qualitativa, com mecanismos a serem construídos coletivamente pela comunidade, por área do conhecimento, ancorada no tripé ensino/pesquisa/extensão, aí incluída a pós-graduação. O caráter punitivo deve ser descartado. Foi comum nos três relatórios a indicação do departamento como espaço central da avaliação, através do Plano de Desenvolvimento Departamental (PDD), a ele subordinado o Plano Global de Atividades Docentes (PGA) de cada professor.

O documento final do I Fórum, com uma síntese das propostas consensuais, foi apresentado ao CEPE pela Comissão organizadora em reunião do dia 13/9/2011. Nesta mesma reunião, foi aprovada a realização do II Fórum.

O II Fórum

Dando continuidade aos debates do I Fórum, o segundo evento priorizou a discussão sobre o instrumento de avaliação.

A partir daí, a expectativa da Comissão organizadora, bem como dos docentes que participaram dos dois eventos, na condição de representantes de suas unidades em cada área, era de encaminhamento e aprovação, pelo CEPE, das propostas aprovadas consensualmente nos Fóruns I e II.

No entanto, na reunião do CEPE de 10/4/2012, a pró-reitora de Extensão Universitária, Maria Amélia Máximo de Araújo, apresentou uma proposta de planilha (instrumento), organizada pelas pró-reitorias, que não corresponde ao que foi indicado nos dois Fóruns, democraticamente, pelos docentes. O desejo da reitoria, expresso no documento apresentado pela pró-reitora, era de aprovar o texto como sendo de "sistematização do CEPE".

Para a Adunesp, é inaceitável que todo o processo de debates e sistematização de propostas, envolvendo centenas de docentes das três áreas, que culminou nos dois Fóruns, seja desrespeitado desta forma.

Na reunião do CEPE em 8/5/2012, o assunto voltou à discussão, quando a professora Olga Maria Mascarenhas Faria Oliveira, presidente da Comissão organizadora dos dois eventos, foi convidada a fazer a apresentação dos instrumentos aprovados no II Fórum. Olga solicitou que o debate no CEPE seja feito com a presença dos demais membros da Comissão, o que foi aceito pelo colegiado.

Cabe lembrar a importância do reconhecimento dos Fóruns como espaço de representação significativa dos docentes, que discutiu e propôs encaminhamentos e instrumentos que se coadunam com as especificidades das três grandes áreas. Neste sentido, as indicações dos Fóruns têm a legitimidade da categoria, fato que o CEPE e, principalmente, cada conselheiro docente, não podem esquecer quando da discussão e deliberação desse tema. Aprovar os encaminhamentos dos Fóruns é o que se espera do CEPE, que optou por ouvir o segmento docente em questão tão importante como a avaliação.

Que se cumpram os encaminhamentos dos Fóruns

Em síntese, os dois Fóruns aprovaram:

- Avaliação por grande área do conhecimento: valorização da graduação, considerando-se não apenas o tempo em sala de aula, mas também atividades de planejamento e formação fora da classe, estágio supervisionado, orientação de alunos, bancas, TCC, preparação de aulas e correção de provas etc.
- Eliminação dos compulsórios para os docentes;
- Elaboração do PDD articulado com o PDI da unidade e o PDI da Unesp: A avaliação deve ser feita por departamento, através do Plano de Desenvolvimento Departamental (PDD), tendo por base a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão. Neste tripé, deve estar inserida a pós-graduação. Ao PDD, estará subordinado o Plano Global de Atividades do Docente (PGAD).
- Necessidade de revisão da regulamentação do artigo 57 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. A reivindicação é que o conceito de hora aula adotado pela Unesp seja ampliado, não se restringindo somente à sala de aula;
- Que a análise do relatório trienal do docente (instrumento de avaliação) pelos órgãos/comissões, seja formativa e não punitiva;
- Instrumento por grande área do conhecimento, elaborado no II Fórum.
- Fórum permanente, a cada três anos, com comissão organizadora mista indicada pelo CEPE.

Eleições na Unesp

Adunesp e Sintunesp defendem a democratização do processo

Em documento dirigido ao Colégio Eleitoral, responsável por definir as regras para a escolha dos novos dirigentes da Unesp, a Adunesp e o Sintunesp apontam as questões centrais no debate. Acompanhe ao lado:

Carta aberta ao Colégio Eleitoral da Unesp

Diante da abertura de mais um processo eleitoral na Unesp, o Sintunesp e a Adunesp dirigem-se aos membros da Comissão Eleitoral Central, responsável por redigir a proposta de regulamentação do processo de consulta à comunidade universitária, para externar algumas considerações e reivindicações.

Há muitos anos, ambas as entidades, respaldadas em decisões congressuais, vêm defendendo a volta da paridade nas consultas eleitorais na Universidade. Com a proximidade das eleições para a reitoria da instituição, previstas para outubro/2012, esse assunto volta ao centro do debate. A igualdade entre todos os segmentos que compõem e constroem, com seu trabalho e suas lutas, o dia a dia da Universidade, é critério mínimo de democracia no processo eleitoral. Como sabemos, atualmente, o voto dos professores tem peso de 70% nos resultados, cabendo apenas 15% aos funcionários e 15% aos estudantes. Considerando o mecanismo como retrógrado, reacionário e antidemocrático, a reivindicação é que o voto dos três segmentos tenha o mesmo peso, ou seja, que professores, funcionários e estudantes sejam, igualmente, considerados cidadãos de primeira classe.

A Unesp, que deveria ser a vanguarda do conhecimento e da democracia, papel destinado às universidades, vem reproduzindo as relações políticas que vigoraram no Brasil até as primeiras décadas de 1930, quando podiam votar apenas os "homens bons", pessoas consideradas superiores financeira ou intelectualmente, que detinham o poder sobre os destinos de toda a comunidade. Foi essa lógica que impediu, por muito tempo, que participassem das eleições as mulheres, os negros, os analfabetos, os pobres, os índios.

É sempre relevante lembrar que a Unesp contava com eleições paritárias desde 1983, como produto direto da luta de sua comunidade. Esse quadro só mudou após 1996, quando a Unesp adequou-se à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9.394/96). Essa adequação, muito mais do que uma exigência legal, foi uma submissão do Conselho Universitário (CO). Ao realizar a última reforma nos estatutos da Universidade, o CO submeteu-se passivamente à política das leis federais de restrição à autonomia universitária, as quais impuseram um retrocesso aos processos democráticos que vinham sendo observados.

No entanto, nos últimos anos, no contexto de expressivas vitórias da comunidade acadêmica, várias instituições públicas trouxeram de volta a paridade, provando que esta é, acima de tudo, uma decisão política das instituições de ensino superior.

Sintunesp e Adunesp lembram, ainda, das deliberações aprovadas e inseridas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp, que determinam à Universidade que abra o debate nos órgãos colegiados sobre a necessidade de democratização das estruturas de poder da instituição. Neste debate, queremos especial destaque para a volta da paridade entre os três segmentos (servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes) em todas as instâncias colegiadas da Universidade, bem como nos pleitos para escolha de seus dirigentes.

Diante deste quadro, reproduzindo os indicativos aprovados em seus últimos congressos, Sintunesp e Adunesp reivindicam dos membros do Colégio Eleitoral que sejam sensíveis aos clamores da comunidade, restabelecendo a paridade na consulta para escolha da nova reitoria, passo fundamental para a concretização da democracia dentro da Universidade. Propõem, ainda, o fim da exigência de titulação mínima aos candidatos, bem como a inscrição de chapas completas – reitor, vice-reitor, pró-reitores etc –, de modo que a comunidade conheça, antes das eleições, o perfil e as propostas de todos os que almejam dirigir a Universidade.

É inconcebível a autonomia universitária sem a democracia interna. É impossível dissociar a escolha de dirigentes das IES de uma concepção democrática de universidade.

São Paulo, maio de 2012.

Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp)
Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp)

Contra o autoritarismo e o arbítrio

Processos contra militantes e entidades proliferam nas estaduais paulistas

No dia 16 de maio, a Universidade de São Paulo foi cenário de um importante ato estudantil, organizado pelos DCEs da Unicamp e da USP, com o apoio do Fórum das Seis, contra a escalada da repressão no interior das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

Centenas de pessoas compareceram, vindas de várias partes do estado. A data foi escolhida por ser o dia em que cerca de 80 estudantes, processados pela reitoria da USP por participarem de manifestações em 2010 e 2011, prestariam depoimento. No entanto, diante da marcação do ato, a reitoria desmarcou as oitivas.

Ato realizado na USP, no dia 16/5 (foto: Ivane Souza)

A atividade foi um protesto contra a sucessão de ataques que as entidades representativas e militantes vêm sofrendo nos últimos anos. Os exemplos de perseguição e punição são muitos: quase 80 estudantes da USP estão sendo processados, com ameaça de expulsão; diretores e militantes do Sintusp sofrem processos administrativos, que visam a sua demissão por justa causa; diretores da Adusp são interpelados judicialmente por supostas ofensas ao reitor; cinco estudantes da Unicamp foram suspensos por seis meses, por terem participado de movimentos por moradia; funcionários técnico-administrativos da Unicamp tiveram desconto do ponto e são perseguidos por terem aderido à greve da categoria no fim de 2011, enquanto o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) vem sendo alvo de vários processos.

Ato público

"Por uma educação que nos ensine a pensar e não uma educação que nos ensine a obedecer" era uma das faixas empunhada pelos manifestantes no dia 16 de maio. Vários oradores destacaram que a perseguição aos militantes e às entidades da USP tem base num regimento de 1972, tempos áureos da ditadura militar.

Os representantes do Fórum das Seis leram documento de solidariedade ao ato. Num dos trechos, o texto diz: "Na universidade pública, em vez do autoritarismo e do arbítrio, devem prevalecer iniciativas que reforcem a contribuição das atividades de ensino, pesquisa e extensão para potencializar a função social da instituição. A criminalização das entidades e daqueles que lutam pela educação pública é incompatível com tais objetivos. Ao contrário, é preciso estabelecer uma estrutura de poder aberta ao pluralismo de pensamento e ação, voltada à resolução democrática de conflitos no interior das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, por meio do debate franco, aberto e permanente."

Cobrança ao Cruesp

Nas duas reuniões com o Cruesp, nos dias 16 e 25 de maio, o Fórum das Seis destacou a urgência da discussão sobre o primeiro item da Pauta Unificada 2012, "Liberdade de organização e de manifestação dos movimentos", reafirmando a necessidade de revogação das punições e do fim da criminalização dos movimentos sindical e estudantil nas universidades estaduais paulistas.

Apoio à greve dos docentes nas federais

Em greve desde o dia 17 de maio, os docentes de mais de 40 universidades federais (número registrado até o fechamento desta edição, em 25/5/2012) estão protagonizando um movimento forte e combativo. O movimento foi aprovado nas instâncias do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

As razões que levaram à greve dizem respeito à quebra do acordo celebrado em 2011 por parte do governo federal, que previa reajuste salarial e reestruturação da carreira docente nas instituições federais. Embora cobrado pelo Andes-SN, o governo não estabeleceu um calendário de negociações.

Os docentes das universidades federais reivindicam carreira única, com incorporação das gratificações em 13 níveis remuneratórios; variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20 horas, correspondente ao mínimo do Dieese (atualmente calculado em R$ 2.329,35); e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho. Eles também pedem melhoria nas condições de trabalho nas universidades federais, além do atendimento das reivindicações específicas de cada IFES.

Homenagem a dois grandes homens

Neste início de ano, o meio acadêmico paulista perdeu dois grandes professores. No dia 19 de fevereiro, faleceu José Ênio Casalecchi. No dia 16 de março, Aziz Ab'Saber.

Casalecchi é parte da história de reação do povo brasileiro à ditadura. Durante o governo militar, foi preso por seu envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Formado em História, na maior parte da carreira atuou no campus de Araraquara, onde foi diretor da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp. É autor de livros como "O Brasil de 1945 ao Golpe Militar", "A Proclamação da República" e "O Partido Republicano Paulista: Política e Poder". Entre os anos de 1980 e 1982, foi presidente da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), tendo papel importante em sua consolidação.

Ab'Saber era professor aposentado do Departamento de Geografia da USP, cientista e ex-presidente da SBPC. Também atuou como docente na Unesp, chegando a ser diretor no campus de São José do Rio Preto. Era referência em assuntos relacionados ao meio ambiente e impactos ambientais. Até o final da vida, trabalhou no Instituto de Estudos Avançados da USP.

A Adunesp presta suas homenagens a Casalecchi e Ab'Saber, homens que fizeram a diferença por lutarem em defesa da universidade pública e por um mundo justo, posicionando-se sempre a favor das lutas democráticas. Seus legados permanecem em nossa história e memória.